

SONDANDO FORÇAS QUE PEDEM OUTROS ARRANJOS: sobre dispositivos projetuais em arquitetura e urbanismo

MARQUES, Monique Sanches.

Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Morro do Cruzeiro.
Ouro Preto/MG. CEP: 35.400.000

Palavras-chave: saber, poder, subjetividade

Resumo: Num mundo em constante mutação, em tempos de multiplicidade e em meio a diferentes vetores que constroem nossas ambiências: megaestruturas, especulação imobiliária, ocupações/invasões, autoconstruções, virtualidades; observamos em geral que a matriz projetual e construtiva sob a qual opera a produção acadêmica no âmbito da arquitetura e do urbanismo é de origem modernista. Apesar de “desatualizadas” essas ferramentas metodológicas ao caracterizarem-se pelas noções de totalidade, homogeneidade, unicidade, verticalidade dentre outros aspectos respondem às demandas dos poderes hegemônicos contemporâneos. Acabam produzindo territórios genéricos, consensuais porque escamoteiam as diferenças, a heterogeneidade, os conflitos, as diversidades. Legislam a favor da subjetividade hegemônica, dos poderes dominantes e dos saberes tutelados. O texto busca apontar a necessidade dos arquitetos estarem atentos também a outros fluxos de subjetividades emergentes, singularidades, micropolíticas, microfísicas – que estão a todo momento a atravessarem a ordem dominante e perceber neles outros enunciados, outros agenciamentos e também diferentes possibilidades de construir seus saberes.

Versão inglês:

In a world in constant mutation, in times of multiplicity and different vectors that build our spaces: big structures, speculation, occupations/invasions, self buildings, virtualities; we see in general that the project and constructive matrix which operates the academic production in the context of architecture and urbanism is modernist source. Although "outdated" these methodological tools while characterizing by the notions of wholeness, homogeneity, unity,

verticality and others aspects respond to the demands of the contemporary of hegemonic powers. It results in producing consensual generic territories, because they hide the differences, the heterogeneity, the conflicts, the diversities. They legislate in favor of the hegemonic subjectivity, of dominant powers and protected knowledge. The text searches to point to the need of architects in being aware of also other flows of emerging subjectivities, singularities, micro political and micro physics – that are all now crossing the dominant order and realize in them other statements, other intermediations and also different possibilities to build their knowledge.

Versão espanhol:

En un mundo en constante mutación, en tiempos de multiplicidad y en medio a diferentes vectores que construyen nuestros ambientes: mega estructuras, especulación inmobiliaria, ocupaciones/invasiones, auto-construcciones, virtualidades; observamos en general que la matriz proyectual y constructiva bajo la cual opera la producción académica en el ámbito de la arquitectura y de la urbanística es del origen modernista. Aunque “desactualizadas” esas herramientas metodológicas al caracterizarse por las nociones de totalidad, homogeneidad, unicidad, verticalidad y otros aspectos responden a las exigencias de los poderes hegemónicos contemporáneos. Acaban produciendo territorios genéricos, consensuales porque escamotean las diferencias, la heterogeneidad, los conflictos, las diversidades. Legislan en favor de la subjetividad hegemónica, de los poderes dominantes y de los saberes tutelados. El texto busca apuntar la necesidad de que los arquitectos estén atentos también a otros flujos de subjetividades emergentes, singularidades, micro políticas, micro físicas – que están a todo momento cruzando el orden dominante y noten en ellos otros enunciados, otros corretajes y también diferentes posibilidades de construir sus saberes.

SONDANDO FORÇAS QUE PEDEM OUTROS ARRANJOS: sobre dispositivos projetuais em arquitetura e urbanismo



Figura 1:Terreno baldio/ Roça Grande/MG. Fonte da autora, 2009.

A vida urbana faz-se por uma diversidade de devires, agenciamentos, intensidades, imprevisibilidades, relações de poder e saber que muitas vezes abortam pragmatismos, métodos, recortes, reduções que não se confrontem e/ou não dialoguem com as alteridades de suas realidades. Essa multiplicidade constrói e é construída por diversos fluxos cotidianos em diferentes contextos. São realidades arquitetônicas e urbanas edificadas por agenciamentos do poder hegemônico em seus confrontos, cambiamentos e/ou capturas por micropoderes e seus possíveis reversos. São territórios construídos a partir das mais diversas relações de saber e poder. São campos de travessia, de ocupação, campos de luta e invenções que geram em suas pluralidades e combinações:

- ambiências redundantes (potencializadas pelo olhar e/ou privada de acesso à realidade);
- ambiências planificadas (territórios esquadrinhados, modelizados por saberes sedentários, constituição da paisagem mediatizada pelo regime de propriedade, pelo aparelho de estado, pelo planejamento demiúrgico e determinista);
- ambiências do êxodo (saberes nômades, mar de corpos desalojados na África, Ásia, nas Américas e mundo afora, desde então atravessando campos - o corpo singularizado por desapropriação, a paisagem singularizada na travessia);

- ambiências espalhadas (as infra-estruturas definindo a ocupação do território/ campos de força entre interesses públicos, privados, movimentos sociais);
- ambiências íntimas (intersticial, delineada nas esferas interna, mínima, pessoal ou doméstica);]
- ambiências anônimas (comunidades, multidões, anonimato);
- ambiências planas (imagéticas, digitais, cada vez mais acessíveis, íntimas, virais);
- ambiências portáteis (ambulantes);
- ambiência do corpo erotizado (criando para si um corpo sem órgãos e construindo paisagem em embate com o outro corpo, coisa, terra).

Ambiência do adeus, fim de todas as travessias, paisagens sem início e sem fim.

Essas são algumas de tantas outras imagens de situações que poderiam ser aqui evocadas. Sedentários, nômades, migrantes, imigrantes, errantes, corpos moventes em devires diversos: empíricos, subjetivos, singulares, desejantes construindo ambiências territorializadas, desterritorializadas, reterritorializadas. Canção às ocupações: pousadas de intimidade, de acúmulo e esvaziamento e/ou zonas segregadas, vigiadas, controladas onde o mar, a floresta, a estepe, o deserto, a cidade, o bairro, a favela, o condomínio, o acampamento, a casa, a laje, o terraço, o largo, a rua, o beco, os jardins se propagam. As ambiências, territórios, multiplicidades de corpos, arquiteturas, urbanidades, esferas e escalas citadas, têm por objetivo elencar as infinitas possibilidades e variáveis que moldam, definem, contaminam a natureza, o caráter e os modos de produção dos lugares.

Mas se o mundo e as realidades se apresentam tão múltiplos poderíamos desejar que os dispositivos conceituais, projetuais e construtivos dos quais se valem os arquitetos e urbanistas também sejam diversos, híbridos, mutáveis, por vir, uma vez, que o nosso objeto de amor e/ou de trabalho são as cidades, ambiências, territórios, situações, arquiteturas e tudo que elas carregam (pessoas, pessoas, pessoas) e suas pequenas guerrilhas...

Esse texto se ocupa dessas questões um mundo em transformação, outros personagens e novos atores urbanos, novos modos de convívio e de se morar diferentes dos modernistas, novos corpos singulares e coletivos despontaram demandando por outras formas de

mobilidade e de abrigo. E o aparato conceitual e projetivo apesar de esgarçado permanece protegido - ali onde deveria ser contundentemente questionado, ou seja, nos ateliês de projeto nas escolas de arquitetura e urbanismo, nos escritórios de arquitetura, no canteiro de obras, lá onde são construídos os saberes e poderes da disciplina.

Sabe-se que a matriz projetual e construtiva a partir da qual operam os arquitetos e urbanistas contemporâneos é de origem modernista. Mas, poderiam esses profissionais se contentar em repetir, sem singularizar, as “mesmas” ferramentas e modos de pensar deixados pela modernidade para construir ambiências em tempos tão efêmeros, vulneráveis, portáteis, residuais, instáveis, ambigualmente delicados e violentos?

Abordagens que contemplem trajetórias oblíquas e que estimulem a interlocução e a circulação entre os diferentes campos do saber (erudito, popular, técnico, nas diferentes escalas, potencialidades e mesmo naturezas) surgem como campos de forças pontuais, iniciativas solitárias, marginais e muitas vezes segregadas dentro de um conjunto disciplinar que poderia ainda ser nomeado como departamentos de projetos nas escolas de arquitetura e urbanismo. Embora minoritárias em relação ao pensamento dominante no âmbito do projeto de arquitetura e urbanismo, essas discussões vêm se ampliando, aprofundando, criando associações entre grupos de diferentes escolas para além de seus limites acadêmicos - comunidades, o poder público, grupos interdisciplinares, projetos de pesquisa, coletivos, experimentações das mais diversas naturezas, invenção de novas ferramentas projetuais, revisões das histórias e teorias da arquitetura e do urbanismo revelando experimentações de arquitetos urbanistas propositores de outras práticas de produção material, construtiva, arquitetônica e urbana, diferentes das difundidas pelo pensamento hegemônico. Tais discussões vêm se constituindo e configurando numa suave rede/rizoma tecida continuamente com o objetivo de fomentar esse tipo de discussão e construir outros caminhos nos modos de se pensar e agir desses profissionais.

Vale lembrarmos que desde a construção da hegemonia modernista no campo arquitetônico urbano iniciativas, proposições, posturas, invenções na direção de confronto com as propostas do pensamento dominante vem sendo desenvolvidas ao longo dessa recente história. Esse debate inicia-se já nos anos 60 com as derivas situacionistas, com as proposições do Team X, dos arquitetos ditos participacionistas de Giancarlo de Carlo a Lucien Kroll, passando pelas experiências de Christopher Alexander, Hassan Fathy, Bernard Rudofsky, pelas ações

micropolíticas do coletivo português SAAL(Serviço de Apoio Ambulatorial Local) , do projeto italiano INA-CASA até os feitos no Brasil de Lina Bo Bardi, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Sérgio Ferro, dentre outros exemplos. Se nos idos dos anos 60 o confronto se faz pela crítica de determinados grupos ou por iniciativas isoladas de arquitetos urbanistas, artistas, intelectuais, ativistas frente às posturas assumidas pelas vozes hegemônicas modernistas no que diz respeito aos modos de projeção e produção de arquiteturas e cidades; o que vemos hoje é ainda a necessidade não só da problematização desses dispositivos projetuais, mas sobretudo da sua atualização considerando que outros arranjos e formas de vida emergiram construindo novas subjetividades.

Torna-se desejável buscarmos desestabilizar essa falsa zona de tranquilidade, na qual repousam ferramentas conceituais, projetuais e construtivas dessituadas, desalojadas das subjetividades contemporâneas, mas ainda hegemônicas. “Olhar de pássaro”, postura demiúrgicaⁱ do arquiteto urbanista, “tábula-rasaⁱⁱ”, “homem-módulo”(r) ideal são apenas algumas categorias a serem citadas que correm inabaladas e com pouca interpelação mundo afora colonizando ainda a formação dos arquitetos urbanistas atuais. Geralmente, atuando quase sempre pelo centro em nome da verdade, da unicidade, o uso dessa metodologia projetual acaba por resvalar-se numa visão recortada e reducionista do meio produzindo paisagens repetidas, homogêneas ou mesmo genéricas, uma vez que a sua abordagem acaba escamoteando a heterogênesse do existente. Se esse homem “modular” encarnava a subjetividade modernista preñe de preocupações sociais, hoje o que resta é um homem individualizado e privado dessas inquietações, esvaziado de utopias, mas ainda idealizado, planificado.

Diferentes demandas, contextos sociais, econômicos, culturais, subjetividades e singularidades constituem uma pluralidade de ‘mercados’ que acabam por reclamar aos arquitetos urbanistas pela invenção de diferentes estratégias, agenciamentos, dispositivos e habilidades projetuais e construtivas. É importante reconhecer que “projeto” entende-se como sendo todo um processo de abordagem investigativo, propositivo e reativo acerca de uma dada situação. Assim, é atribuição do arquiteto urbanista reconhecer, identificar e mesmo construir mercados produtores de habitações, objetos do cotidiano, cidades, parques, jardins, ambiências. Torna-se difícil que a ideia de “projeto” caiba na formulação de um tipo de metodologia a ser aplicada em diferentes situações, mas sim o seu reverso. Metodologias são constituídas a partir das singularidades das situações que demandam pela ação dos arquitetos urbanistas. Nesse caso, haveria um assujeitamento das ‘metodologias’ em relação às contingências, elas seriam circunstanciais.

Empreendedorismo, especulação imobiliária, mega-estruturas, autoconstrução, “invasões/ocupações, são alguns dos muitos vetores de subjetivação simultâneos a constituir campos de guerra que acabam por gerar e gerir as cidades. Nesse sentido, é necessário que os arquitetos urbanistas estejam atentos e sensíveis não somente aos poderes e interesses hegemônicos, mas também a outros fluxos de subjetividades emergentes, moleculares, micropolíticas, microfísicas - que estão a todo o momento a atravessar a subjetividade dominante e perceber nelas outros enunciados, outros agenciamentos, linhas de fuga, processos de desterritorializações, devires e também outras maneiras e oportunidades para construir seus saberes.

É importante pensar o quanto a difusão de ferramentas projetuais/ construtivas e de saberes no campo da arquitetura e do urbanismo são também e fundamentalmente políticas. As opções por determinadas metodologias de desenho, de design de ambiências e objetos, a incorporação ou não da participação dos habitantes interessados, a definição de programas de espaços arquitetônicos e urbanísticos, as opções pelos modos de fabricação desses, assim como o estímulo ao emprego de determinadas tecnologias, materiais e de organização dos processos construtivos num canteiro de obras ecoam desde uma escala antropológica e social (os homens e seus modos de vida onde estão elencadas questões de sociabilidade, segurança, violência, arranjos sociais de toda ordem) até as injunções econômicas, mercadológicas, de produção e consumo de bens, de mão-de-obra afetando a sociedade de modo bastante abrangente. Nesse sentido, o refúgio estetizante e desituado parece ser restrito à formação de um profissional cuja prática afeta áreas tão importantes da vida em comunidade. A homogeneização e a rigidez dos métodos conceituais, projetuais e construtivos a despeito da heterogeneidade das realidades arquitetônicas e urbanas parece pouco razoável, mesmo que correspondam aos interesses dominantes aos quais estão atrelados a arquitetura e o urbanismo contemporâneos no seu aspecto hegemônico.

Por pensamento hegemônico leem-se as vertentes contemporâneas da arquitetura e do urbanismo tais como planejamento estratégico, urbanismo *extra-large*, cidade genérica, *new urbanism*, *marketing urbano* dentre outras doutrinas disseminadas pelo capitalismo vigente. Se por um lado, podemos dizer que a estetização da arquitetura e das cidades responde habilmente as expectativas da sociedade de consumo (BAUDRILLARD: 1991) , sociedade do espetáculo (DEBORD: 1971) na qual nos situamos hoje em dia, por outro lado, vale lembrarmos que as cidades fazem-se também de uma diversidade de micropoderes, subjetividades outras (múltiplas, controversas). Ressaltamos que o arquiteto urbanista não é um mero cumpridor de solicitações, mas um profissional crítico e propositivo diante dos

conflitos e problemas que as realidades nos colocam. Não quer dizer que estamos propondo uma alienação em relação à hegemonia capitalista até porque esta se faz impossível: o poder atravessa todos os campos da vida. Mas há de considerarmos a necessidade de um profissional crítico, consciente para que possa construir arquiteturas e urbanidades numa visão complexa e realística da qual o mundo nos apresenta.

Os ateliês de projeto são muitas vezes temáticos, professores definem de antemão “o que”, “onde” e “para quem” serão desenvolvidos os projetos ao longo do período acadêmico. A cidade como um jogo de cartas, de interesses das mais diversas origens (públicas, privadas, interesses mistos), a polifonia de habitantes, usuários, consumidores, empreendedores, investidores também são recortadas. As ferramentas para se fazer conhecer uma dada realidade são reduzidas a metodologias para a elaboração de diagnósticos urbanos que se repetem incessantemente a despeito das especificidades em jogo. De certa maneira, pode-se observar um acordo entre um processo homogeneizador na produção de cidades e as ferramentas projetuais e construtivas pouco maleáveis tendendo para a construção de paisagens repetitivas, consensuais.

Exemplo contundente dessa situação é que, muitos arquitetos urbanistas quando chamados a agir em favelas ao invés de seguirem os movimentos já iniciados pelos moradores e de aproveitarem da participação popular já existente, esses profissionais impõem através de seus projetos sua própria lógica construtiva, diretamente ligada à cultura e à estética da cidade formal. Vê-se um pedaço da cidade formal encrustada na cidade informal, uma vez que as estratégias projetuais utilizadas mostram-se indiferentes aos modos de produção das favelas. O conceito de tabula rasa e o arquiteto demiúrgico aqui novamente se reabilitam. Relaciona-se, então, a racionalidade rígida, o pensamento hegemônico de arquiteturas eruditas apreendidas no meio acadêmico e a espontaneidade original de autoconstruções populares, dispositivos arquitetônicos e urbanos pouco incorporados pela maioria dos arquitetos urbanistas, mas que edifica parte significativa do território brasileiro. Nessa e em outras situações, as estratégias adotadas excluem a possibilidade de condução nas maneiras de pensar e agir em direção à construção de uma alteridade urbana.

Estaríamos numa zona de conforto se, para além desses ditames hegemônicos e homogêneos sobre como fazer arquiteturas e cidades não existisse uma legião imensurável de expropriados, marginalizados, desalojados, desterritorializados, (na esfera pública e privada) dos

seus modos de habitar, produzir, apropriar arquiteturas e cidades. Isso demandaria por parte dos arquitetos urbanistas tomadas de decisões hábeis no trato com realidades tão complexas e conflituosas. Essas discussões em torno das posturas assumidas por arquitetos urbanistas não teriam importância se somas significativas de recursos financeiros e esforços não fossem investidos na construção de novas cidades, no abandono de outras, na edificação de equipamentos habitacionais, comerciais, de lazer. Tais atitudes geram muitas vezes comunidades de desalojados, sitiados e retirantes de seus arranjos de vida.

Não caberia ao arquiteto urbanista atuar apenas como artífice da beleza e da ordem ou ao urbanista organizar setores de cidades, mas estar intrinsecamente inserido nesses debates negociando conflitos, propondo soluções urbanas, sociais, tecnológicas através da contínua invenção e atualização de seus saberes e subjetividades. Esses saberes não fazem-se por processos exógenos, mas pelo interior dos processos de concepção, desenho e produção de objetos cotidianos, de arquiteturas, de fatias de cidades. O projeto, como parte do nosso fazer pode ser visto também como arranjo de possibilidades, entre oportunidades, necessidades, demandas, virtudes do mundo contemporâneo no sentido macro e a poética da vivência das coisas numa visão mais micro. Nesse sentido, projetar está também próximo de se arranjar possibilidades e não sempre e em qualquer circunstância atrelado à ideia de intervir.

O pensamento hegemônico cria regras, padrões. Esses dizem respeito a processos de produção atrelados às noções de racionalidade (filiada ao espaço hegemônico), feitos de maneira ordenada e repetitiva, estabelecidos por diretrizes que (por sua vez) seguem normas e regras previamente definidas por saberes já reconhecidos – a racionalidade da padronização vislumbra e justifica-se por criar a civilidade e o direito a termos os mesmos direitos (apesar das diferenças), estabelece a norma para o trabalho, permite a industrialização como meio de produção gerenciada e planejada, almeja a eficiência nos processos, o que permite uma contínua aceleração da repetição desses mesmos processos.

O padrão (SANTOS:2006) é a forma marcante de intervenção dos espaços luminosos (apesar de o tempo todo sermos atravessados por processos horizontais, banais, cotidianos subjacentes e concomitantes à produção desses mesmos territórios) e essa forma é sempre trabalhada para ser considerada legítima. Esse padrão orienta muito a nossa formação como arquitetos urbanistas. Esse pensamento criou pedaços ou cidades “inteiras”. A lista é enorme mundo afora e hoje, rege as ações dos arquitetos contemporâneos que orientam também as

intervenções em vilas e favelas, pois, de alguma maneira é muito difícil sermos atravessados por outras maneiras de pensar os espaços. A via é de mão única - intervir sim, mas deixar ser afetados não. Os melhoramentos sempre foram as ações civilizatórias ditadas pelos padrões das elites dos espaços luminosos e são sempre justificadas por serem ações legítimas. É correto dar condições de higiene, é justo reconhecer os valores culturais, é legítimo regularizar a situação fundiária dos espaços informais; não existem argumentos que neguem 'o justo' nessas ações. Mas, existe o receio de que uma proposta de intervenção no espaço desemboque na padronização excessiva, descaracterizando o local.

A referência a "intervenção sim, padronização não" é uma constante. Como exemplo podemos citar os próprios habitantes de favelas que reclamam dos problemas de infraestrutura, são os primeiros a temerem a padronização cientes de que toda requalificação elimina as pulsões desejanças, singulares que atuam como uma cápsula de proteção para esses territórios cotidianos, banais, opacos. Deseja-se a intervenção urbana dos espaços luminosos nos espaços opacos, mas não a padronização, não a postura desencarnada porque isso é retirar a riqueza, a multiplicidade das luzes existentes; desejar intervir, retirar a insalubridade, mas sem diminuir a riqueza dessas ambiências.

Entretanto, como escolher entre ter um lugar salubre ou um lugar com vida? Por que cada vez que se busca um perde-se o outro? Não nos caberia então intervir nos espaços opacos? Nas periferias autoconstruídas das nossas cidades? Diante da não aplicação do padrão não nos restaria o que fazer? Não se trata, portanto, de um "não fazer", mas sim de um fazer em um tempo necessário, que permitam que os afetos e desafetos, que os saberes molares e moleculares sejam compreendidos (porque senão cairemos novamente na esquizofrenia de intervir de modo inadequado ao contexto); na cadência de tempos e ações possíveis para que os muitos homens lentos que vivem nos espaços opacos e os poucos que vivem nos espaços luminosos possam aprender outros caminhos, entre as ações afetivas e as ações civilizatórias.

Não se trata, por exemplo, de abrir "clareiras" nas favelas imprimindo nesses espaços decalques da cidade formal/ espaços luminosos demiurgicamente incrustados na realidade opaca. Nesse caso, não é o arquiteto urbanista que muda de lugar ao reinventar suas estratégias projetuais e construtivas, mas quem muda de lugar é a cidade, fragmentos arquitetônicos desenhados, planejados, ditando maneiras de morar diferentes do contexto dentro das favelas. Esse tipo de ação além de criar problemas de ordem pragmática, objetiva,

funcional e também política (uma vez que estão imersas em territórios, são campos de luta) também diz respeito a um tipo de dominação ao querer prevalecer um tipo de saber estratégico sobre um fazer tático. Essas práticas geralmente se fazem numa relação de desmerecimento e banalização de um saber sobre um fazer. Mais uma vez vê-se o “desencarnamento” se sobrepôr à possibilidade de assumir posturas “incorporadas”.

Não é raro observarmos nas intervenções/requalificações de favelas realizadas hoje no Brasil, confrontos entre os moradores e as novas maneiras de morar que os projetos arquitetônicos e urbanos os impõem. Não estamos questionando os programas sociais e políticas habitacionais, mas sim o caráter dos projetos arquitetônicos e urbanísticos elencados, seu desenho, programa de espaços, tecnologias utilizadas. Além das “clareiras” criadas a partir do desenho/partido das habitações e/ou equipamentos que são implantados devastando as pré-existências, reconhecemos problemas de ordem social e econômica geradas a partir dos programas dos espaços muitas vezes propostos. Se nesses contextos, a economia local é alimentada através da articulação de usos mistos: habitação, comércio e serviços inseridos numa mesma construção e misturados na malha urbana, vemos os projetos de requalificação repetindo a construção da cidade monofuncional de origem modernista setorizando usos e desarticulando laços afetivos, relações de vizinhança e gravemente atingindo/enfraquecendo as microeconomias locais. Ao construir equipamentos de uso restritamente habitacional e segregando-os do comércio e/ou serviços “caseiros” desconstroem as práticas associativas dos núcleos familiares de terem atrelados às suas moradias atividades e pequenos arranjos econômicos que em escala considerável promove o sustento desses moradores/microempreendedores. O exercício de práticas autosustentáveis, nesses casos, é desconsiderado.

No caso do Brasil, arquitetos urbanistas como Lina Bo Bardi, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Sérgio Ferro para citar os mais conhecidos passaram suas vidas confrontando e buscando problematizar essas posturas desencarnadas seja no design, na arquitetura, no urbanismo, mas essas questões ainda ocupam a periferia do debate acadêmico. O pensamento dominante busca, muitas das vezes, segregar essas discussões em torno das obras desses arquitetos tornados personagens/personalidades dentro das escolas. Quando esse tipo de debate atravessa os ateliês de projeto faz-se comumente centrado em pessoas, docentes que tenham um interesse específico sobre o tema. As tentativas também por se banalizar tais preocupações em nome de competências, pragmatismos e objetividades são bastante recorrentes.

Nessa esfera, importa então buscarmos conhecer e problematizar as especificidades no campo do saber que carrega nossa profissão. Interessa nos determos nas variáveis contextualizadas que se relacionam com os saberes, poderes e as subjetivações que orientam o pensamento e a formação dos arquitetos urbanistas contemporâneos e como esses são reproduzidos e tematizados. Vale adentrarmos no terreno do saber, onde repousam e/ou se atualizam o conhecimento, 'as verdades', as positivities, as experiências dos arquitetos urbanistas desde os modernos, seus atravessadores, adeptos, críticos, defensores, potenciadores, dissidentes, combatentes buscando-se alcançar as práticas atuais. Importa refletirmos sobre a forma de se pensar o saber específico da "maioria", da disciplina da arquitetura e do urbanismo, de caracterizarmos o exercício do poder que permeia esse saber (o diagrama de forças que o compõem).

Na esteira que Foucault (FOUCAULT: 1971) nos indica não seria preciso apenas avaliar as condições arqueológicas de ordenação dos enunciados no campo da arquitetura e do urbanismo, mas também interrogar os sistemas de exclusão e rarefação que envolve essas enunciações discursivas. Sob forte influência foucaultiana caberia a nós questionar certas "figuras histórico-políticas da vontade de verdade e da vontade de saber," que permearam a nossa historiografia arquitetônica e urbanística ocidental, perguntando-nos, então, quem pôde dizer algo e sob quais condições institucionais. Essas especulações estão calcadas no questionamento específico das relações intrínsecas entre saber-poder-verdade elaboradas por Foucault. Esse insistirá em que não há verdade fora do poder ou sem o poder, pois toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros. O poder funcionando na base da incitação, do reforço, do controle, da vigilância visando a otimização das forças que ele submete. O poder destinado a produzir as forças que lhe interessa, ordenando-as e fazendo-as crescer. Vale atentarmos frente à nossa formação no que se refere à constituição histórica de saberes em discursos qualificados como verdadeiros e a correlata desqualificação de outros (é o eixo da verdade). A vinculação entre a dimensão discursiva e a esfera extradiscursiva ou das práticas sociais com a consequente conexão entre a ordem da verdade e dos regimes de poder (é o eixo do poder). Nas trilhas que Foucault nos anuncia, buscamos pelo entendimento da subjetividade hegemônica dos arquitetos urbanistas contemporâneos. Na perspectiva escolhida para o desenvolvimento desse texto, torna-se necessário nos ocuparmos do saber como categoria de análise, tomando-o como uma estratificação histórica (formas de expressão/o que se diz e formas de conteúdo/ o que se vê). Não existem saberes desvinculados de relações de poderes e de subjetivações. Os processos de estratificações traduzem os interesses dessas relações que trabalham no sentido de garantir a consolidação de saberes assegurando-lhes assim suas territorialidades. O que está em jogo numa sociedade disciplinar e capitalista como a nossa é que tais relações quando

hegemônicas produzem os agenciamentos que promovem a codificação e a sobrecodificação dos saberes que lhes convém, atribuindo-lhes a categoria de axiomas - verdades a serem disseminadas. Esses agenciamentos visam e trabalham para a consolidação desse território de conhecimentos específicos, traduzem a presença de agentes sociais, políticos e econômicos que defendem certos interesses e que são convertidos em conhecimentos específicos profissionais. Esses saberes acabam sendo sobrecodificados e passam a orientar as instituições de ensino e o exercício profissional. Poder e subjetividade não recebem pois, como o saber o devido enfoque. Geridos, agenciados e estratificados pelos poderes e pelas subjetividades em cena, esses saberes acabam sendo naturalizados e consumidos acriticamente por muitos estudantes, professores e profissionais do mercado. Infelizmente de modo recorrente observamos na formação desses profissionais que as correlações entre saber, poder e subjetividade são fragilizadas em função de uma supremacia do saber (erudito, único) frente às demais forças constituintes da vida cotidiana.

“[...] Mais radicalmente, impõe-se a pergunta: que possibilidades restam de criar laço, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das territorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual? Como reverter o jogo entre a valorização crescente, ativos intangíveis tais como inteligência, criatividade, afetividade e a manipulação crescente violenta da esfera subjetiva? Como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório das cidades? Há alguns anos no Brasil eram visíveis configurações comunitárias diversas, ora ligadas à Igreja, ora ao Movimento dos Sem Terra, ou provenientes de movimentos reivindicatórios e estéticos diversos, como o hip-hop, ou mobilidades de “inclusão às avessas” proporcionada pelas gangues de periferia, mantendo com as redes hegemônicas graus de distância ou enlaces diversos.” (PÁL PELBART, 2003,p.22).

Não vemos em geral os arquitetos urbanistas reinventando seus saberes e deixando-se afetar pelos movimentos micropolíticos como os citados acima, re-engendrando assim novas posturas. Vale evidenciarmos que os movimentos acionados pela Igreja, as ações dos Sem Teto, assim como as táticas das gangues são todos movimentos diretamente relacionados à apropriação e ou conflitos territoriais estando diretamente vinculados ao nosso espectro de interesse e atuação. A dissociação entre as relações de saber, poder e subjetivação ou a ênfase no saber a despeito das forças de poder e subjetividade nos processos de formação disciplinar, acadêmica acabam por gerar práticas profissionais descomprometidas e alienadas

em relação à vida real. Então, não é dizermos que a formação acadêmica e as práticas profissionais dos arquitetos urbanistas abortam as relações entre saberes, poderes e subjetividades posto que esses dois últimos alastram-se por todos os campos das nossas existências. Mas, é necessário ressaltarmos que ao recortar o saber imaculado no exercício acadêmico deixamos com que poderes e subjetividades adentrem sem serem indagados, problematizados, passam incólumes a nos ditarem suas demandas as quais respondemos de maneira veementemente alienada, desencarnada.

Evidenciamos também que esses poderes e subjetividades que adentram o campo acadêmico e posteriormente a vida profissional desses futuros arquitetos são de ordem molar, macro, hegemônicos e respondem aos interesses do CMI. Podemos de certa maneira entrever as causas das intervenções em favelas, por exemplo, se pautarem geralmente nos decalques da cidade formal em territórios opacos constituídos e gerenciados por dinâmicas tão diversas das intervenções propostas pelos arquitetos urbanistas. O que nos permite vislumbrar que as causas desses modos desencarnados de projetar e construir estejam atrelados também à disseminação de saberes descolados das dinâmicas das subjetividades singularizadas e dos micropoderes constituintes dessas realidades, ocultados de nossas formações escolares por tendências homogeneizadoras e hierarquizantes. Abordarmos a arquitetura e o urbanismo como área do conhecimento, de saber, pressupõe que as formas de expressão (o que se diz sobre o que os outros disseram) e as formas de conteúdo (o que se vê e o que os outros viram), são permeadas de relações de poderes que acabam por direcionar, afetar e exprimir a própria subjetividade através de agenciamentos de enunciação e agenciamentos maquínicos

Não atribuímos o devido valor aos fluxos do poder (no sentido macro e micro) acaba por contribuir para a descontextualização e desencarnamento dos saberes, da produção de subjetividades dos arquitetos urbanistas. Relacionarmos e imbricarmos saberes, poderes e subjetividades atualizados nas esferas molares e moleculares é pensarmos em arquiteturas e cidades nas e para as realidades concernidas. Por mais perversas que sejam as forças de poder e as subjetividades em jogo, resguardar o saber enquanto categoria imaculada a ser reproduzido nas escolas de arquitetura é retirá-lo do jogo real das circunstâncias. Talvez esse desencarnamento e distanciamento do saber nos indiquem algumas das causas do refúgio estetizante e formalista do qual se ocupam tanto a formação quanto as ações de arquitetos urbanistas atuais.

A absorção desse saber molar, único e como “verdade” faz-se em consonância com a subjetividade hegemônica do CMI, mas também por desatenção e por mecanismos automáticos de reprodução e naturalização de saberes no âmbito da formação desses profissionais. Ressaltamos que em sua maioria as grades curriculares são ainda de matriz modernista. Um consenso evita a compreensão crítica da arquitetura e urbanismo modernos como um projeto político, cooptando-o simplesmente como um repertório formal inofensivo. E esse projeto moderno eternizado na Bauhaus segue aguardando atualizações e adaptações, suas fraturas explicitam nos dias atuais a crônica incapacidade dos arquitetos urbanistas de se confrontarem com o mundo como hoje ele se anuncia.

É desejável observarmos a produção dos homens comuns na sua lida cotidiana, todos e qualquer um criam na densidade social da cidade, nas conversas, nos hábitos, nos modos de morar, no lazer, no trabalho. Cada variação por mais micro que seja, ao reproduzir-se, difundir e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode instigar e promover outras invenções e novas formas de cooperação, novas associações. Estamos nos referindo à potência da multidão, na sua multiplicidade de inteligência coletiva, produção de saberes, tecnologias, desejos, crenças, habilidade de construir associações, cooperações que o Impérioⁱⁱⁱ busca regular, controlar, dominar, esquadrihar. Estamos assim nos referindo à potência de vida da multidão.

O que vem à tona, portanto, é a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão. É nesse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial da últimas décadas que se desenham nos dias de hoje as possibilidades para a construção de novos saberes, micropoderes, subjetividades. Em vez de serem somente objeto de exploração por parte do Império, são potencialidades imanentes e expansiva que o Império se esforça em cooptar e dominar. Infiltram microfisicamente e espairadas inteligências, imaginações, criatividade, conectividades, afetividades – subjetividades singularizadas e extra-econômica antes confinadas no domínio exclusivamente pessoal e privado, no máximo artístico.

Estamos nos referindo ao conceito de biopolítica. Biopolítica^{iv} designa essa inserção do corpo e da vida, bem como de seus mecanismos, no domínio dos cálculos explícitos do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana. A biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade refletida tendo por objeto passivo o corpo da população e suas condições de reprodução, sua vida. Essa deixa de ser

definida apenas a partir de processos biológicos que afetam a população e passa a abranger o esforço compartilhado da coletividade, a cooperação social e subjetiva no contexto da produção material e imaterial contemporânea.

“[...] A biopolítica como poder sobre a vida toma a vida como um fato natural, biológico, como zoé, ou como diz Agamben, como vida nua, como sobrevida. É o que vemos operando na manipulação genética, mas no limite também no modo como são tratados os prisioneiros da Al Qaeda em Guantánamo, ou os adolescentes infratores nas instituições de “reeducação” em São Paulo. Mas os atos de auto-imolação espetacularizada que esses jovens protagonizam em suas rebeliões, diante das tropas de choque e das câmaras de televisão, parecem ser a tentativa de reversão a partir desse “mínimo” que lhes resta, o corpo nu, e apontam numa outra direção. Muito cedo o próprio Foucault intuiu que aquilo mesmo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reviravolta inevitável. Poder da vida, a potência “política” da vida na medida em que ela faz variar suas formas e, reinventa suas coordenadas de enunciação. De maneira ampla e positiva, essa potência da vida no contexto contemporâneo equivale precisamente à biopotência da multidão”. (PÁL PELBART, 2003,p. 25).

Talvez valha algumas considerações sobre a noção de multidão evidenciando o seu caráter plural, afastado de uma centralidade dominante, resistente, insubmisso, indomável à uma unidade política. O conceito de multidão se opõe à noção de povo. Esse concebido como um corpo público animado por uma vontade única. Se a multidão emana do Uno já o povo tende à unidade, totalização. A multidão opõe-se também ao conceito de massa. Vale lembrar Elias Canetti (1995) ao referir-se ao conceito de massa enquanto conjunto esvaziado de singularidade, onde agem as forças da igualdade homogênea entre seus membros. Por seu viés homogêneo, compacto, indirecional, contínuo vemos ao longo da história incidir sobre as massas o poder dominante seja ele ligado ao Estado, a religião, a educação, etc. Já a multidão encarna uma noção de massa não conformada. A investida nesse texto nos conceitos de biopolítica e multidão justificam-se uma vez que nesse momento estamos em busca do entendimento acerca das situações contemporâneas, as forças neles atuantes, o Império nomadizado, a subjetividade em jogo e as pulsões de singularização emergentes na cena atual. É preciso percorrer um caminho nos rastros das forças de singularização contemporâneas posto que nelas residem os potenciais do devir.

Nesse sentido, o entendimento da biopolítica bem como o de multidão (refratária, centrífuga, própria, resistente, indomável ao poder dominante, molar) acaba por constituir-se por minas de subjetividades singularizadas uma vez que rejeitam, resistem e reinventam suas vidas nas frestas da subjetividade hegemônica.

As forças entre dominações existentes na cena atual podem ser reconhecidas através das investigações de Foucault. Para esse, ao lado das lutas tradicionais contra a dominação de um povo sobre o outro e contra a exploração de uma classe sobre a outra vivenciamos também a luta contra as formas de assujeitamento de singularidades na subjetividade molar. Como pensar as subjetividades em revolta? Ou como vislumbrar a emergência das forças de singularização, do devir num território subjetivo tão esquadrihado, estratificado, mortificado pelas relações de poder desde o âmbito macropolítico, macroeconômico, macrofísico até a colonização da esfera do nosso inconsciente? Cabe lembrar que a subjetividade molar está em circulação em todos os campos da vida? Sejam eles políticos, econômicos, culturais, semióticos, estéticos, afetivos, inconscientes – é a modelização dos modos de vida. Nesse sentido, as noções de povo e massa estão intrinsecamente atreladas às subjetividades dominantes restando à multidão a possibilidade de fazer emergir e gerir modos de vida alternativos, moleculares, microfísicos, singularidades.

Tensionando a cena contemporânea vemos a multidão contra o Império, sua força de criação de valor, de trabalho imanente, suas modalidades de cooperação, de comunidade e também de êxodo, de escape, de deserção. Compreendemos que é a multidão que em última instância gera, inventa, produz fontes e energia, valores que o Império busca cooptar, modular, capitalizar. As novas posturas dos arquitetos que buscamos problematizar nesse texto estão enredados nesse contexto. Imersos nas miríades que constituem a hegemonia do Império considerando os recursos de que dispõe (dominação, hegemonia, racionalidade, pragmatismo, plano, subjetividade molar) e as múltiplas singularidades decorrentes das práticas das multidões (micropolíticas, subjetividades moleculares, infiltrações, rizomas, etc). É nessa trama diversa e adversa que tais arquitetos urbanistas se encontram construindo a cada dia engenhocas de saber e fazer na busca por re-singularizar suas subjetividades. Subjetividades singularizadas, afetadas pelo jogo de força e tensão entre Império e multidão. Nesse sentido esses arquitetos estariam também implicados com uma formação híbrida: hegemonia atravessada pelas linhas de fuga, pelos percursos alternativos e constitutivos. Estão em jogo tanto os saberes, poderes, subjetividades hegemônicas quanto a natureza dos acontecimentos, os processos, o cenário de atividades, resistências, vontades e desejos das comunidades que se colocam diante de nós seja de modo passivo ou ativo. Esse devir arquiteto urbanista não

encontra métodos a serem aplicados sobre uma dada realidade, a verdade não está na predestinação do plano, na prescrição do enunciado, mas na experiência do tempo presente, da invenção. Pois, trata-se da vida, na sua dimensão de produção e de reprodução, que o poder investe, e que no entanto é o caldo a partir do qual emergem os contra-poderes, as resistências, as linhas de fuga. Nessa perspectiva, a resistência está ligada imediatamente a um investimento constitutivo no domínio biopolítico e à formação dos dispositivos cooperativos de produção e de comunidade.

Nessa perspectiva interessa abordarmos nosso campo de atuação mais como uma geografia do que como uma história, isto é, o fato de considerarmos o pensamento não por intermédio de uma dimensão histórica linear e progressiva, mas privilegiando a constituição de espaços, de tipos não apenas heterogêneos, mas, sobretudo antagônicos. Talvez por isso muitas das estratégias projetuais bem como de abordagem de uma dada realidade no âmbito dessas posturas incorporadas têm o jogo como ferramenta processual. Jogo no sentido da plasticidade e da singularidade.

Então sobre essas outras posturas dos arquitetos urbanistas podemos dizer da necessidade de pensar a arquitetura e as cidades investigando a história, no sentido de que o seu trabalho busca não apenas o conhecimento erudito das sociedades passadas, mas, antes, a melhor compreensão de nós mesmos pela confrontação com o que já não somos. Além do eixo da atualidade, faz-se desejável a abordagem do eixo da mobilidade. Não basta a compreensão de nossa sociedade historicamente situada na perspectiva da sua diferença com o que a precede, como também não basta sugerir possibilidades de transformação no que ela pode vir a ser. Também não se faz satisfatória a abordagem da história vista sob a perspectiva de protagonistas molares na construção de arquiteturas e cidades, mas desenterrando o que parece escondido nas saliências da memória, nas micropolíticas do dia-a-dia, trata-se de uma história que reivindica direitos ignorados.

Sobre a situação atual de nossas cidades contemporâneas talvez possamos dizer que o Império¹ se nomadizou. O novo capitalismo em rede², que privilegia as conexões, a mobilidade, a fluidez, produz também novas formas de exploração e de exclusão:

Se antes a pertinência às redes de sentido e de existência, aos modos de vida e aos territórios subjetivos dependia de critérios intrínsecos como tradições, direitos de passagem, relações de comunidade e trabalho, religião, sexo, cada vez mais esse acesso é mediado por pedágios comerciais, impagáveis para uma grande maioria. O que se vê então é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas. Mas é preciso enxergar que essas redes expropriadas, esses territórios de sentido comercializados não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas fazem-se enquanto conjunto vivo de estratégias. Como ou de que maneira viabilizam-se outras redes que não comandadas pelo capital? Redes essas infiltradas, atravessadas, rivalizadas com as redes dominantes? Como então no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade engendram-se outras maneiras de se agregar, de trabalhar, de habitar, de construir, de criar territórios existenciais alternativos àqueles proporcionados pelo capital? De que dispositivos e recursos dispõem uma pessoa ou um coletivo para afirmar um tempo próprio de ocupar um espaço doméstico, urbano, de estabelecer novas e outras maneiras de socialização, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular? Como reconhecer modos de subjetivações singularizadas, emergentes, focos de enunciação coletiva, inteligências grupais, máquinas desejanças, máquinas de guerra, devires que escapam à vontade de consenso, a emergir, infiltrar no cotidiano de nossas cidades? Como detectar novos desejos, novas crenças, novas associações, novas formas de cooperação, novos modos de produção de saberes, de subjetividades, novos modos de construção de territórios existenciais, urbanos, arquitetônicos?

Conta Kafka que o Imperador da China mobilizou todas suas forças na construção de uma Muralha esburacada contra os nômades vindos do Norte, enquanto eles já estavam instalados no coração da capital. (KAFKA:1999). Esse paradoxo, nos diz que por mais poderoso que seja, um Império já é vazado por todos os lados, infiltrado por todos os poros e subvertido desde o seu centro por esse Outro vindo de longe. Se o Império insiste tanto em demarcar-se e defender-se dessa alteridade que o rasga por dentro é porque, de algum modo, ela já está desde sempre em seu próprio coração, e seu rumor não pode ser abafado. A polarização binária que o Império propõe, portanto, é uma tentativa de compensar a permeabilidade, a contaminação, a miscigenação que a própria dilatação das fronteiras do Império provocou.

Quando nas “Conversas com Kafka” Janoush diz ao escritor tcheco que vivemos num mundo destruído, este responde: “Não vivemos num mundo *destruído*, vivemos num mundo *transtornado*. Tudo racha e estala como no equipamento de um veleiro destroçado”. Rachaduras e estalos que Kafka dá a ver, que a situação contemporânea escancara, e que

não passam apenas entre as civilizações, mas no interior de cada uma delas. Talvez o desafio seja de intensificar esses estalos e rachaduras do Império, mas também do Estado-nação, das classes, dos gêneros, das identidades, das arquiteturas, do urbanismo para dar a ver nas linhas de fraturas diversas a potência de mescla, de recombinação presentes na vida real, incorporada.

Referências bibliográficas

ARANTES, O.; VAINER, C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995

DÉBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 volumes.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*, Petrópolis, Vozes, 1993.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.

PÁL PELBART, Peter. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PÁL PELBART, Peter; COSTA, Rogério da. Apresentação. In: *O reencantamento do concreto/ Cadernos de Subjetividade* - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, n.1, 1993:11-13. V.1.

RANCIÉRE, Jacques. Política da Arte, palestra realizada no evento *São Paulo S.A. práticas estéticas, sociais e políticas em debate – Situação #3 Estética e Política* (17/19 de abril 2005 no SESC-Belenzinho).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único e à consciência universal*. São Paulo: EDUSP, 2006.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia; arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985.

ⁱ Na perspectiva demiúrgica, o território é um meio físico visto de um ponto de vista superior, em planta, sob a visão de um pássaro, suficientemente longe para poder abstraí-lo, tornando-o silencioso, mudo, tornando-se objeto, “coisa”. A vista aérea é um recurso antigo na geografia, amplamente difundido após a invenção do avião, pelos geógrafos do início do século XX. Remete-se à construção do mundo em miniatura, a elaboração de uma representação gráfica em forma de mapa. Transforma o mundo num imenso panóptico. A vista vertical é a posição do sujeito em situação demiúrgica, onipresente e superior. Uma vez que radicalmente distanciado do mundo, o ponto de vista aéreo é um ponto fora da experiência ordinária, expurgando qualquer apreensão da cotidianidade em questão. Através desse “olhar sem olho” não se nota as inscrições miúdas da vida corrente, mas apenas as mudanças bruscas, a violência da geometria da escritura no território feita real. Esses “olhos” ou essas máquinas de ver se resignificam e sofisticam-se de acordo com as intenções e tecnologias disponíveis de cada época: mapa, planta, GPS/Global Positioning System.

ⁱⁱ Em urbanismo consideramos a noção de tábula rasa como um posicionamento que inclui ações, projetos, tomadas de decisões, de ruptura em relação às experiências ou concepções anteriores. A noção de tábula rasa envolve o desejo de abrir espaço para a criação e destruição através da ruptura no que diz respeito a uma ordem existente.

ⁱⁱⁱ Império referente às forças do CMI/ Capitalismo Mundial Integrado.

^{iv} O termo biopolítica foi atribuído por Foucault para designar uma das modalidades de exercício de poder sobre a vida, vigentes no século XVIII. A biopolítica tem por objeto a população enquanto massa global afetada por processos de conjunto. (FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). (Trad. de Maria Ermantina Galvão) São Paulo: Martins Fontes, 2000)